



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2023/035

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00248 de 31/05/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 02 de outubro de 2023

Horário (de Brasília): 13:30

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Preços

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VI - Minuta de Contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **aquisição e instalação de discos para expansão da solução de armazenamento Swarm e subscrições de licenças de software Caringo Swarm, incluindo atualizações de software e serviços de suporte técnico pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, para atender ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e a Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, por meio do Sistema de Registro de Preços**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.



1.1 - O objeto desta licitação é composto por 2 (dois) lotes, que poderão ser adjudicados a mais de uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 – O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL DO LOTE QUE ESTIVER COTANDO**, conforme modelo de Planilha de Preços constante do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços / Contrato**, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços unitários e totais dos itens, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.5.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim, todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.6 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como a MARCA (e modelo, se houver);

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de entrega**, que deverá ser de, no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato, nos termos do Anexo I – Termo de Referência;

5.1.9 - **O prazo para instalação** dos discos rígidos é de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de entrega dos discos.



5.1.10 - **Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:** 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso;

5.1.11 - **Prazo de garantia do produto**, em cada fornecimento, será de:

5.1.11.1 - Para o Lote 1- Discos - no mínimo, 01 (um) ano, a contar do recebimento definitivo de que trata o item 16 deste Edital, e deverá estar indicado no produto ou em sua embalagem pelo fabricante ou, ainda, em certificado do fabricante,

5.1.11.2 - Para o Lote 2 – Licenças do software DataCore Swarm - no mínimo 2 (dois) anos nos termos do Anexo I – Termo de Referência;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.11, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

Das Condições de Fornecimento

5.3 - Caso quaisquer dos produtos fornecidos venham a apresentar vícios, defeitos ou incorreções, decorrente(s) do processo de fabricação ou devido à má qualidade dentro do prazo mencionado no item anterior, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento definitivo, deverão ser substituídos pela empresa fornecedora, sem ônus para o Contratante;

5.3.1 – O prazo máximo para substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação do fato à Contratada;

5.3.2 - Não serão aceitos materiais/produtos cujas embalagens estejam danificadas.

5.3.3 - Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante devidamente identificada.

5.4 - Os certificados de garantia deverão ser entregues juntamente com os materiais.

5.5 - As empresas deverão descrever os materiais e as marcas/modelos cotados em suas propostas, com vistas a possibilitar a emissão do parecer técnico. Na hipótese de cotação de marca similar, o licitante deverá descrever as características da marca cotada, apresentando a ficha técnica do produto e/ou laudos técnicos, onde constem especificações claras e detalhadas do material, que possibilitem a verificação da similaridade dos produtos.

5.6 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do próprio Sistema *Compras.gov.br*.

5.6.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5.7 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.8- Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.9 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.10 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.10.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.10.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.10.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.10.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.10.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.



6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência inicial da Ata, os preços registrados são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as seguintes hipóteses:

6.10.1 - força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021;

6.10.2 - criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.10.3 - Prorrogação da vigência da Ata por mais 1 (um) ano, situação em que os preços poderão ser reajustados, a critério do TRF 2ª Região, pela variação do IPCA - calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro indexador que venha a ser acordado entre as partes, mediante solicitação do fornecedor, e desde que comprovada a vantajosidade:

$R = [(I - I_o) / I_o] \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I_o = Índice da data do orçamento estimado pela Administração

V = Valor do Preço Registrado

6.10.3.1 – A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pro-rata, mas sim o mês cheio.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL DO LOTE QUE ESTIVER COTANDO**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II – Planilha de Preços, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.



7.13 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL DO LOTE**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem.

8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - empresas brasileiras;

8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos no subitem 8.4 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR TOTAL DO LOTE**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.



8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O TRF - 2ª Região poderá disponibilizar protótipo do objeto licitado e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras da licitante provisoriamente vencedora, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

8.15 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA



9.2.1. - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:



9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

9.5.1.1 – Para lote 01, a aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu pelo menos 01(uma) unidade de disco para equipamentos servidores ou que já tenha fornecido pelo menos 01(uma) unidade de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

equipamento servidor de rack, com discos em sua configuração, **com prestação de suporte técnico.**

9.5.1.2 Para o lote 2 – A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu pelo menos, 1TB (um terabyte) de licenciamento do software DataCore Swarm (antigo Caringo Swarm), **com prestação de suporte técnico.**

9.5.1.3 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.1.4 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.3 - O TRF - 2ª Região poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pela licitante.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, na época da realização da despesa.

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos



/ licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s).

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, constante do Anexo V deste Edital, podendo, posteriormente,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

13.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

13.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5 - A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será extensiva à data de assinatura do termo detalhado a que alude o subitem 16.1.2 pelas partes

13.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora, seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.



13.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

13.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 13.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei e a imediata perda da garantia da proposta em favor do TRF - 2ª Região.

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

14.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando.

14.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;



14.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

14.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

14.3.4 – Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.6.2 - Comprovação de que o fornecedor está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

14.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

14.7 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços, da seguinte forma.

14.7.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

14.7.2 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.8 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 14.7, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

14.9 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 15.2 e 15.3.

14.10 - O remanejamento de que trata o subitem 14.7 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a).

14.11 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços,



observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

15 - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos.

15.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 15.4.

15.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

15.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

15.3.1 - O limite referenciado no subitem 15.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

15.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 15.1.3;

15.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.



15.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

15.6 - Ao órgão não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

15.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

15.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido mediante termo detalhado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

16.1.1 - Provisoriamente - De forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.

16.1.2 - Definitivamente - Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

16.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

16.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990;

16.5 - Ao receber os itens, a Contratante verificará se o quantitativo e a descrição de cada item entregue está de acordo com o quantitativo especificado na solicitação de fornecimento de bens e com a descrição constante neste Termo de Referência. Não havendo divergências, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Provisório.

16.6. Após a instalação e configuração dos itens pela Contratada, a Contratante, com o apoio de técnico(s) da Contratada, efetuará testes, objetivando verificar a conformidade com as especificações deste Termo de Referência, bem como aferir o perfeito funcionamento dos itens.

16.7. Constatada divergência entre a especificação técnica constante neste Termo de Referência ou qualquer defeito de funcionamento, os respectivos itens serão recusados, ficando a Contratada obrigada a providenciar a correção dos itens recusados em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do dia seguinte à notificação da ocorrência por parte da Contratante.

16.8. Concluída a fase de testes dos itens e não tendo sido verificado anormalidades, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, respeitando-se o prazo limite para a sua emissão, iniciando-se a partir dessa data a contagem dos prazos para garantia dos objetos contratados;

16.9. No caso da recusa de qualquer item, por motivos de defeito, avarias no transporte ou erro de instalação ou configuração, que resultem na substituição do item pela Contratada, o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará suspenso até a data em que se efetivar a entrega do item.

16.10. A(s) referida(s) Nota(s) Fiscal(is) dos objetos dessa contratação, será(ão) considerada(s) apta(s) para atesto definitivo somente após a conferência de todos os itens e após a conclusão dos respectivos serviços de instalação, desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação da(s) mesma(s) para encaminhamento à rotina de pagamento.

16.11 - O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.



17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

17.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

17.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

17.1.3 - Para fins do disposto no subitem 17.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

17.2 - O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues na Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, localizada na Rua Acre, 80, sala 305 – Centro – Rio de Janeiro, das 10h às 17h, de 2ª a 6ª feira;

17.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, através dos e-mails tsseinf@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br;

17.2.2- Quando o fornecimento dos itens for destinado à SJES a Contratada deverá entrar em contato prévio, através do e-mail tsseinf@trf2.jus.br, para que estes definam e formalizem o local exato e o horário de entrega dos componentes objetos dessa contratação.

17.2.3 - O local de entrega, instalação e prestação dos serviços de garantia dos discos rígidos e das licenças do software DataCore Swarm serão na Seção de Infraestrutura Básica (SEINFB) - Rua Acre, 80 – 7º andar – sala 705 e/ou Sala Cofre (11º andar) - Centro - Rio de Janeiro – RJ; Telefones (21) 2282-8817/ (21) 2282-8978 (21) / 2282-8078;

17.2.4 - SJES – Seção de Operações (SEOPE) - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877 – sala 219, Monte Belo, Vitória – ES.

17.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

17.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com



as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015;

17.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente;

17.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

17.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 17.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

17.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

17.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 18.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

18.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.1.2 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

18.2 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

18.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.



19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

19.1.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

19.1.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

19.1.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s)/material(is) objeto do Contrato;

19.1.4 – Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;

19.1.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;

19.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

19.1.7 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição do(s) produto(s)/material(is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

19.1.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave);

20.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12 acima, bem como nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 20.2.2.

20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.4 - **Multa:**

20.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

20.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

20.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2020, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2020, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções



aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia

20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2020.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

21.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

21.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

21.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

21.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

21.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

21.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

21.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 21.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação;

21.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2023.

Francisco Luís Duarte – Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2023
Processo nº TRF2-EOF-2023/00035

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para fornecimento e instalação de discos rígidos e licenças perpétuas para expansão da solução de armazenamento DataCore Swarm, com garantias contemplando serviços de suporte técnico para atender ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região e à Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.
- 1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR:
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
CNPJ: 32.243.347/0001-51
Rua Acre, 80, sala 604.
Bairro: Centro - CEP: 20.081-000 – Rio de Janeiro - RJ.
Site: www.trf2.jus.br.
Seção de Licitações: Fone (21) 2282-8682 (12 às 19h)
E-mail: cpl@trf2.jus.br.

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1. A licitante deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

Lote	SubItem	Descrição	Fabricante / Modelo	Quant. Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Fornecimento de discos rígidos para equipamentos servidores DELL PowerEdge R740xd incluindo serviços de suporte técnico. (Código SIASG: 604131)		270		
	2	Serviço de Instalação de discos Rígidos (Código SIASG: 27111)	-	270		
2	1	Licenças do software DataCore Swarm, com suporte especializado incluindo atualizações e serviços de suporte técnico, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. (Código SIASG: 27464)	DataCore / Swarm	2293 TB		
Valor Total						

- 2.3. Em caso de discordância entre o descritivo do código (CATMAT/CATSER) e as especificações do objeto descritas neste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação tem como justificativa a necessidade de expandir a capacidade de armazenamento dos atuais equipamentos da solução DataCore Swarm (antigo Caringo), utilizada como solução de



TRF2INC202301964

armazenamento de dados do Eproc. O aumento da capacidade é necessário para atender à demanda de armazenamento do conteúdo probatório associados aos processos criminais.

- 3.2. Para efetuar a expansão da capacidade do Swarm faz necessário o aumento da capacidade dos discos de armazenamento dos servidores que compõem a solução, assim como do licenciamento Swarm relacionado diretamente com a capacidade de armazenamento dos servidores.

4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 4.1. O aumento da capacidade de armazenamento da solução Swarm permitirá atender demandas de gravação de extensos conteúdos digitais probatórios de processos criminais.

5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

- 5.1. Esta contratação enquadra-se nos seguintes objetivos constantes do Plano Estratégico de TI da Justiça Federal (PETI-JF) 2021-2026, constantes da Resolução CJF nº 685/2020:
- 5.1.1. *Aperfeiçoar e Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.*
- 5.2. Esta contratação enquadra-se no seguinte objetivo estratégico do ENTIC-JUD constante da Resolução nº 370/2021 do CNJ:
- 5.2.1. *Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados*
- 5.2.2. *Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas*
- 5.3. Esta contratação está alinhada ao seguinte item do art. 1º da Resolução 396/2021 do CNJ, que trata da Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ):
- 5.3.1. *Ações destinadas a assegurar o funcionamento dos processos de trabalho, a continuidade operacional e a continuidade das atividades fim e administrativas dos órgãos do Poder Judiciário.*
- 5.4. Esta contratação enquadra-se nas seguintes iniciativas/necessidades descritas no PDTI 2021-2023 da Justiça Federal da 2ª Região:
- 5.4.1. *Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI.*
- 5.4.2. *Segurança da Informação no âmbito da TI.*

6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) TRF2-DOD-2023/00006 e os Estudos Preliminares (artefatos) constantes na ETP do Processo TRF2-EOF-2023/00035.

7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 7.1. A capacidade máxima de expansão de cada equipamento do sistema DataCore Swarm é de 18 discos com até 16TB de espaço para armazenamento em cada. Dessa forma, os 8 equipamentos do TRF2, totalizam 144 discos e os 7 equipamentos da SJES, totalizam 126 discos. O total de 270 discos resultantes do somatório do TRF e da SJES, quando multiplicados pela capacidade individual de 16TB, totalizam 4320TB brutos de capacidade. No entanto, 1440TB já são reservados ao conteúdo do Eproc, restando, portanto, 2880TB como possibilidade de armazenamento do conteúdo probatório referente aos processos criminais.
- 7.2. De acordo com o Estudo Técnico Preliminar, a estimativa total de volume necessário para armazenar o conteúdo probatório é de 2293TB e a capacidade máxima de expansão do hardware que executa o Swarm é de 2880TB, descontados o volume destinado ao Eproc.
- 7.3. Considerando que a opção pelo uso de discos de 12TB (capacidade imediatamente inferior a 16TB) não contempla espaço suficiente no conjunto de equipamentos para armazenar o volume estimado total do conteúdo probatório, faz-se necessário o registro dos quantitativos máximos de expansão de discos dos equipamentos que compõem o sistema DataCore Swarm, que se resumem em 144 discos para o TRF e 126 discos para a SJES, todos de 16TB. Da mesma forma, a ata de registro de preços deve contemplar o volume total estimado para o armazenamento do conteúdo probatório, que é de 2293TB.



- 7.4. Como a expansão da solução de armazenamento DataCore Swarm se baseia em volume de dados estimados, as solicitações de fornecimento serão efetuadas de acordo com as necessidades, portanto, as quantidades previstas no presente edital são estimativas máximas para o período de validade deste registro de preços e a Contratante se reserva, o direito de adquirir, em cada item, quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 8.1. A solução de TIC é composta de discos rígidos e licenças do software DataCore Swarm para armazenamento dos conteúdos probatórios associados aos processos criminais.
- 8.2. A capacidade máxima de expansão de cada equipamento do sistema DataCore Swarm é de 18 discos com até 16TB de espaço para armazenamento em cada. Dessa forma, os 8 equipamentos do TRF2, totalizam 144 discos e os 7 equipamentos da SJES, totalizam 126 discos. O quantitativo de licenças do DataCore Swarm foi estimado no Estudo Técnico Preliminar em 2293TB.

9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

- 9.1. O registro de preços refere-se ao fornecimento e instalação de discos rígidos e licenças perpétuas para expansão da solução de armazenamento DataCore Swarm. Tal solução de armazenamento é utilizada para guarda de peças processuais do sistema E-Proc, utilizado na 2ª e na 4ª Região da Justiça Federal, de acordo com os termos de cooperação técnica estabelecidos entre o TRF2 e o TRF4.
- 9.2. Cabe ainda explicitar que a solução DataCore Swarm (antigo Caringo), está em conformidade com os requisitos estabelecidos no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Federal (MoReq-Jus), conforme processo administrativo nº 0010641-95.2016.4.04.8000 do TRF4.
- 9.3. Desta forma, considerando que o DataCore Swarm é a única solução utilizada e homologada para funcionamento com o sistema E-proc desde do seu início, não se aplica a análise de alternativas, uma vez que estas exigiriam amplo estudo de viabilidade e impactos, além de representar extensa modificação para todos os órgãos que já utilizam o sistema E-proc. Portanto, considerando a plena compatibilidade com o sistema de armazenamento em uso no E-proc e por se tratar da única solução de armazenamento homologada para esse sistema processual, não restam opções à expansão do sistema de armazenamento DataCore Swarm, atualmente em uso, para a guarda do conteúdo probatório.
- 9.4. Como a expansão do DataCore Swarm demanda maior espaço de armazenamento e considerando que os atuais equipamentos possuem capacidade de expansão suficiente para atender ao objetivo proposto, essa alternativa foi considerada por representar rápida implementação, baixo risco de impacto na disponibilidade do sistema E-proc e, principalmente, não necessidade de investimento em aquisição de novos equipamentos servidores.

10. DA NATUREZA DO OBJETO

- 10.1. Como se trata de aquisição de licenças perpétuas de software e discos rígidos para expansão eventual do sistema de armazenamento Swarm, ambos os itens não configuram “serviço continuado”.
- 10.2. A natureza do objeto foi analisada segundo os critérios descritos na tabela abaixo:

Critério	Atendimento da solução
É possível especificar o serviço usando parâmetros usuais de mercado?	Sim
É possível medir o desempenho da qualidade usando parâmetros usuais de mercado?	Sim
O objeto da contratação é essencial para o negócio?	Sim



11. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 11.1. Os discos rígidos fornecidos e suas respectivas instalações devem ser providos pela mesma empresa contratada, de modo a preservar condições de garantia dos bens fornecidos, uma vez que se diferente fosse, a empresa fornecedora poderia alegar instalação incorreta ou indevida dos discos por parte da empresa instaladora e, dessa forma, negar a troca do disco defeituoso prevista na garantia. Mantendo a instalação associado ao fornecimento, evita-se também o risco de se ter insucesso na contratação de um dos itens, o que inviabilizaria o sucesso do outro, por serem dependentes. Em resumo, o fornecimento sem instalação e a instalação sem o fornecimento não fazem sentido, pois em ambos os casos não se alcançaria o objetivo pretendido, que se resume na disponibilidade de uso de discos de maior capacidade de modo a permitir a expansão do sistema DataCore Swarm. Assim sendo, conclui-se que os discos rígidos e os respectivos serviços de instalação devem fazer parte de um mesmo lote, devendo ser adjudicados a uma única empresa.
- 11.2. As licenças do software DataCore Swarm podem compor a contratação como item em separado do lote formado pelo fornecimento dos discos rígidos e suas respectivas instalações, pois, embora a efetiva expansão do sistema de armazenamento Swarm dependa das licenças Swarm e dos discos rígidos, ambos podem ser fornecidos isoladamente, em momentos distintos e por empresas de diferentes segmentos de mercado, especializadas em cada item, favorecendo a competição sem afetar condições de suporte ou garantia de cada item.

12. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 12.1. Verifica-se que o objeto da contratação pretendida é oferecido por diversos fornecedores no mercado de TIC, e apresenta características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o objeto é considerado “comum” e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

13. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. O consumo de energia do conjunto do quantitativo máximo dos componentes objetos dessa contratação foi estimado em 2,4KW.
- 13.2. A dissipação de calor adicional representada pelo quantitativo máximo dos componentes objetos dessa contratação foi estimada em 8189,14 BTU/hr.
- 13.3. Além do consumo de energia e da dissipação de calor, não foram encontradas outras informações que fossem suficientes para dimensionar o impacto ambiental relacionado à aquisição ou ao uso dos componentes especificados neste Termo de Referência.

14. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 14.1. Portaria nº 432, de 9 de outubro de 2014, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que trata sobre a Política de Segurança da Informação da Justiça Federal e a Política de utilização de Recursos de TI;
- 14.2. O serviço de suporte especializado do software DataCore Swarm deve estar alinhado às práticas recomendadas pelo fabricante do referido software.
- 14.3. Os discos rígidos fornecidos e os seus respectivos serviços de instalação devem observar as normas técnicas do fabricante do equipamento servidor onde serão instalados.

15. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 15.1. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado:
- 15.1.1. Para o item 1 do lote 1:
- 15.1.1.1. Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

15.1.1.1.1. A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01(um) atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado, comprovando que a licitante já forneceu pelo menos 01(uma) unidade de disco para equipamentos servidores ou que já tenha fornecido pelo menos 01(uma) unidade de equipamento servidor de rack, com discos em sua configuração. Ambas opções devem incluir serviços de garantia e/ou manutenção.

15.1.2. Para o item 1 do lote 2:

15.1.2.1. Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação:

15.1.2.1.1. A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado, comprovando que a licitante já forneceu pelo menos, 1TB (um terabyte) de licenciamento do software DataCore Swarm (antigo Caringo Swarm) com prestação de suporte técnico.

15.1.3. Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

16. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. Para atender a solução de TIC a Contratada deverá fornecer discos rígidos com as seguintes características:

16.1.1. Os discos rígidos ofertados devem ser compatíveis com os equipamentos servidores DELL PowerEdge R740xd existentes na SJES e no TRF2.

16.1.2. O TRF2 possui os equipamentos servidores PowerEdge R740xd de Service Tags:

- 16.1.2.1. 6Q7MDQ2
- 16.1.2.2. 6Q7GDQ2
- 16.1.2.3. 6Q6JDQ2
- 16.1.2.4. 6Q5MDQ2
- 16.1.2.5. 6Q7KDQ2
- 16.1.2.6. 6Q8FDQ2
- 16.1.2.7. 6Q6NDQ2
- 16.1.2.8. 6Q8GDQ2

16.1.3. A SJES possui os equipamentos servidores PowerEdge R740xd de Service Tags:

- 16.1.3.1. 19JNVN2
- 16.1.3.2. 4HZ2FN2
- 16.1.3.3. 4HZ2FN2
- 16.1.3.4. 19GSVN2
- 16.1.3.5. 19HRVN2
- 16.1.3.6. 19JRVN2
- 16.1.3.7. 4HVTDN2

16.1.4. Os discos rígidos devem ser homologados pela DELL Computadores do Brasil Ltda. para utilização nos equipamentos servidores DELL PowerEdge R740xd existentes no TRF2 e na SJES.

16.1.4.1. Para fins de validação, a Contratada deve apresentar documento oficial do fabricante dos discos contendo a informação de que os modelos dos discos ofertados são homologados para uso nos equipamentos DELL PowerEdge R740xd da Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Opcionalmente, pode ser aceito como comprovação, documento oficial do fabricante dos servidores contendo informação de que o fabricante e o modelo de discos ofertados são homologados para uso nos servidores PowerEdge R740xd.

- 16.1.5. Os discos rígidos devem ter, no mínimo, 16 TB (dezesseis terabytes) de capacidade e form factor 3.5 inch (três e meia polegadas).
- 16.1.6. Os discos deverão ser utilizados com a controladora PERC H730P, com velocidade de 6 Gbps (seis gigabits por segundo).
- 16.1.7. Dos serviços de instalação dos discos:
- 16.1.7.1. Os serviços de instalação consistem na substituição individual dos atuais discos instalados nos servidores pelos novos discos, com as necessárias e devidas configurações nos equipamentos servidores DELL PowerEdge R740xd, de modo a permitir o pleno funcionamento dos discos e a plena utilização destes.
- 16.1.7.2. Os discos substituídos são de propriedade da Contratante, portanto, não poderão ser recolhidos pela Contratada, exceto quando do interesse de descarte da Contratante.
- 16.1.7.3. Deverão ser fornecidos todos os materiais, recursos e serviços (cases, gavetas, atualizações de BIOS e firmwares, etc) necessários ao pleno funcionamento dos discos nos servidores.
- 16.1.7.4. Ao final da instalação, os discos rígidos deverão estar plenamente disponíveis para uso.
- 16.1.7.5. Ao final da instalação dos discos rígidos, os equipamentos servidores deverão estar nas mesmas condições de funcionamento anteriores à instalação, ou seja, se não existia alarme na plataforma IDRAC de gerenciamento dos servidores, a mesma condição deverá ocorrer ao final da instalação dos novos discos.
- 16.1.7.6. É dever da Contratada notificar por e-mail o Contratante, reportando qualquer alarme presente na plataforma IDRAC de gerenciamento dos servidores, no momento anterior à instalação dos novos discos.
- 16.1.7.7. Os discos se tornarão parte integrante dos equipamentos servidores nos quais forem instalados. Sendo assim, para fins de controle patrimonial e de contratos de manutenção, os discos serão considerados meros componentes internos destes equipamentos.
- 16.1.8. Da garantia dos discos:
- 16.1.8.1. Todos os discos e demais componentes novos utilizados nas suas instalações deverão possuir garantia de 1(um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Termo de Recebimento definitivo.
- 16.1.8.2. A garantia deverá contemplar o direito ao suporte técnico para troca dos discos e/ou de componentes associados instalados juntos com os discos.
- 16.1.8.3. O serviço de suporte técnico, incluído na garantia, deve possibilitar o registro de abertura de chamados técnicos para alarmes relacionados aos discos instalados nos equipamentos de armazenamento da Contratante.
- 16.1.8.4. O serviço de suporte técnico deve obedecer aos critérios descritos no item 17.
- 16.1.8.5. Ficará sob a responsabilidade da Contratada, sem ônus adicional para o Contratante, a reposição de quaisquer dos discos objetos deste termo e de seus componentes associados, com qualidade e capacidades iguais ou superiores aos que tenham apresentado defeito.
- 16.1.8.6. Entende-se por “componentes associados”, todos os cabos, adaptadores, conectores, acessórios e demais novos materiais, de hardware ou software, instalados em conjunto com os discos para garantir que funcionem devidamente.
- 16.1.8.7. Todas as peças destinadas à reposição deverão ser novas.
- 16.1.8.8. A Contratada é responsável pelas eventuais atualizações de software tais como instalação de drivers, instalação de correções (patches) e atualização de firmware que se fizerem necessárias a fim de remover as falhas de hardware ou para permitir o funcionamento das peças substituídas;
- 16.1.8.9. A Contratada deverá utilizar na prestação dos serviços, profissionais qualificados e com treinamento especializado em manutenção de discos em equipamentos servidores do mesmo fabricante dos equipamentos da Contratante.



16.1.8.10. Os serviços de manutenção deverão ser executados nas dependências do TRF e da SJES de maneira a não interferirem nas atividades das mesmas;

16.2. Para atender a solução de TIC a Contratada deverá fornecer licenças do software DataCore Swarm com as seguintes características:

16.2.1. A Contratada deverá fornecer licenças do software DataCore Swarm, oferecidos comercialmente pela empresa DataCore, com garantia de 24 (vinte e quatro) meses.

16.2.2. A licenças deverão ser do tipo uso perpétuo, não havendo restrição de uso fora do período de garantia e/ou suporte.

16.2.3. A Contratada deve respeitar os termos e condições de fornecimento do fabricante.

16.2.4. Da aplicação das Licenças:

16.2.4.1. Faz parte do fornecimento das licenças a respectiva aplicação das mesmas ao sistema DataCore Swarm já previamente instalado na Contratante de forma a comprovar o aumento da capacidade de armazenamento contratado. Tal aplicação deverá ser executada nos datacenters do TRF e da SJES, conforme endereços listados no item 19.1 e subitens.

16.2.4.2. A aplicação das licenças do software poderá, a critério da Contratante, ser acompanhada por técnicos por ela indicados.

16.2.4.3. O quantitativo de novas licenças instaladas deverá se somar aos quantitativos já presentes nos clusters do TRF e da SJES

16.2.4.4. Ao final da aplicação das novas licenças, o software DataCore Swarm deverá estar plenamente funcional, sem alarmes em sua gerência, com a capacidade contratada devidamente registrada na gerência da solução e pronto para uso imediato.

16.2.5. Da garantia das licenças:

16.2.5.1. As licenças fornecidas deverão possuir garantia de 24(vinte e quatro) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Termo de Recebimento definitivo.

16.2.5.2. A garantia deverá contemplar o direito ao suporte técnico para manutenção do software.

16.2.5.3. O serviço de suporte técnico, incluído na garantia, deve possibilitar o registro de abertura de chamados técnicos para as licenças adquiridas.

16.2.5.4. O serviço de suporte técnico deve incluir:

16.2.5.5. O fornecimento de correções, novas versões, releases, atualizações e alertas de segurança disponibilizados pelo fabricante;

16.2.5.6. A resolução de incidentes e problemas no funcionamento do software;

16.2.5.7. O esclarecimento de dúvidas relativas à utilização e configuração;

16.2.5.8. A otimização e atualização do software, bem como sua integração com as demais aplicações;

16.2.5.9. O acesso à base de dados de conhecimento da fabricante;

16.2.5.10. A possibilidade de escalonamento de chamados para o suporte técnico prestado diretamente pelo fabricante para os casos necessários e não solucionados pela Contratada, sem limitação de nível de criticidade ou quantidade de chamados.

16.2.5.11. O serviço de suporte técnico deve obedecer aos critérios descritos no item 17.

17. DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO INCLUÍDOS NAS GARANTIAS

17.1. Para todos os itens dos lotes 1 e 2, exceto para os serviços de instalação:

17.1.1. O serviço de suporte envolverá todas as atividades necessárias para garantir a operação contínua e sem falhas dos produtos adquiridos.



- 17.1.2. A Contratada deverá permitir a abertura de chamados via Portal Web ou Central Telefônica do tipo 0800 ou ligação local para as cidades do Rio de Janeiro e Vitória.
- 17.1.3. O regime de funcionamento do Portal Web ou da Central Telefônica deverá ser 24 x 7 (24 horas, 7 dias por semana) para abertura e acompanhamento dos chamados.
- 17.1.4. A abertura do chamado resultará no registro, por parte da Contratada, do problema encontrado e relatado pela Contratante no uso dos produtos adquiridos.
- 17.1.5. No momento da abertura do chamado, a Contratada deverá fornecer um número de protocolo para acompanhamento do andamento do chamado.
- 17.1.6. Não haverá limitação para o número de abertura de chamados.
- 17.1.7. O atendimento deverá ser feito por pessoal técnico especializado na solução de problemas.
- 17.1.8. Todo serviço de suporte técnico deverá ser prestado no idioma português, desde da abertura do chamado via central telefônica ou portal web.
- 17.1.9. A CONTRATADA poderá escalonar o chamado para os fabricantes dos produtos, ficando a cargo da CONTRATADA todos os custos, ações e responsabilidades relacionados às subcontratações que vier a efetuar.
- 17.1.10. Ao final de cada atendimento, a Contratada também deverá emitir relatório técnico que deverá conter, no mínimo, os seguintes campos:
- 17.1.10.1. Número do chamado;
 - 17.1.10.2. Data e hora de abertura;
 - 17.1.10.3. Data e hora do início e do término do atendimento;
 - 17.1.10.4. Identificação do defeito;
 - 17.1.10.5. Identificação do equipamento ou componente que apresentou problema;
 - 17.1.10.6. Trocas ou providências adotadas.
- 17.1.11. Em caso de indisponibilidade temporária do portal Web ou da Central Telefônica, deverá ser permitida a abertura de chamados em caráter excepcional, por meio de envio de e-mail, (antecipadamente informado pela Contratada), com a descrição do problema e a sua severidade.
- 17.1.12. Toda abertura de chamado, independente de seu canal de abertura, deverá ser notificada à contratante, com as informações da descrição, número identificador do chamado, severidade e hora de abertura, através de envio de e-mail para os endereços listados no subitem 17.1.19.
- 17.1.13. Todo fechamento de chamado, independente de seu canal de abertura, deverá ser notificado à Contratante, com as informações da descrição, número identificador do chamado, severidade, solução ou motivo e hora do fechamento do chamado, através de envio de e-mail para os endereços listados no subitem 17.1.19.
- 17.1.14. Ao abrir um chamado, o Contratante poderá agendar data e hora para início do atendimento.
- 17.1.15. Atualizações (upgrades) e correções deverão estar disponíveis sem custo adicional durante o período de garantia.
- 17.1.16. Para os produtos de software, em função de pandemias ou qualquer outra razão que seja conveniente e de comum acordo entre as partes, a realização dos serviços de suporte especializado poderá ser executada de forma remota, ou seja, sem a presença física de uma ou ambas as partes nos endereços da Contratante.
- 17.1.17. Para os produtos de Hardware, os produtos colocados em substituição aos defeituosos tornar-se-ão de propriedade do Contratante, assim como os defeituosos já o eram.
- 17.1.18. A Contratada e todos os seus empregados envolvidos na execução dos serviços de suporte técnico deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações fornecidas pelo Contratante ou acessadas pela Contratada no decorrer das atividades de suporte técnico.
- 17.1.19. Emails da Contratante para recebimento de notificações de abertura e fechamento de chamados técnicos: tsseinf@trf2.jus.br e tsseinep@trf2.jus.br

18. DOS NÍVEIS DE SERVIÇO (NSE)

- 18.1. NSE de garantia dos discos:



- 18.1.1. Disponibilidade 24 x 7 (24 horas, 7 dias por semana) dos canais de abertura e acompanhamento de chamados.
- 18.1.2. Após registro de abertura de chamado, o tempo para a Contratada efetuar a troca do disco defeituoso e/ou do seu componente associado, não poderá ser superior a 96 (noventa e seis) horas, incluindo sábados, domingos e feriados.
- 18.1.3. O tempo para efetuar as trocas deve ser cumprido em, no mínimo, 95% das solicitações de chamado técnico;
- 18.1.4. Os 5% das solicitações de chamado técnico em que o tempo para efetuar as trocas poderá passar do estipulado no nível mínimo de serviço, terão como limite máximo, 7 dias contados da abertura do chamado.
- 18.2. NSE de garantia das licenças:
 - 18.2.1. Disponibilidade 24 x 7 (24 horas, 7 dias por semana) dos canais de abertura e acompanhamento de chamados.
 - 18.2.2. Após o registro do chamado, o atendimento de suporte técnico deve se dar:
 - 18.2.2.1. No regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, durante os 7 dias da semana), 365 dias do ano, para incidentes de alta gravidade, aqui entendidos como os incidentes que impactam ou representem risco iminente de impacto, na continuidade do negócio do Contratante.
 - 18.2.2.2. No regime 8x5 (horário comercial em dias úteis) para as demais gravidades de incidentes.
 - 18.2.3. O início do atendimento de cada chamado será considerado a partir da primeira intervenção técnica realizada pela contratada, que deverá se dar dentro dos seguintes prazos:
 - 18.2.3.1. Para os chamados de severidade alta: até 120 minutos da abertura do chamado;
 - 18.2.3.2. Para os demais níveis de severidade: até 24 horas.

19. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

- 19.1. O local de entrega, instalação e prestação dos serviços de garantia dos discos rígidos e das licenças do software DataCore Swarm serão:
 - 19.1.1. TRF2 – Seção de Infraestrutura Básica (SEINFB) - Rua Acre, 80 – 7º andar – sala 705 e/ou Sala Cofre (11º andar) - Centro - Rio de Janeiro – RJ; Telefones (21) 2282-8817/ (21) 2282-8978 (21) / 2282-8078.
 - 19.1.2. SJES – Seção de Operações (SEOPE) - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877 – sala 219, Monte Belo, Vitória – ES
- 19.2. O prazo de entrega dos discos rígidos e das licenças do software DataCore Swarm será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato.
- 19.3. O prazo para instalação dos discos rígidos é de até 5 dias úteis contados a partir da data de entrega dos discos.
- 19.4. Quando o fornecimento dos itens for destinado ao TRF2, a Contratada deverá entrar em contato prévio, através dos e-mails tsseinf@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br, para que estes definam e formalizem o local exato e o horário de entrega dos componentes objetos dessa contratação.
- 19.5. Quando o fornecimento dos itens for destinado à SJES a Contratada deverá entrar em contato prévio, através do e-mail tsseinep@trf2.jus.br, para que estes definam e formalizem o local exato e o horário de entrega dos componentes objetos dessa contratação.
- 19.6. As entregas devem ser comunicadas à Contratante por e-mail com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
 - 19.6.1. Nesta comunicação, deverá ser enviada a relação dos materiais a serem entregues, bem como cópia das notas fiscais de remessa que acompanharão as mercadorias durante o transporte;
- 19.7. A Contratada será responsável pela entrega das mercadorias nas áreas indicadas pela Contratante, devendo prover a equipe, as ferramentas e os equipamentos necessários para realizar o transporte. Volumes grandes deverão estar agrupados em *pallets* de madeira e envolvidos por filme plástico. Volumes pequenos deverão ser agrupados em caixas de papelão.



- 19.8. Caso a Contratante identifique, no momento da entrega, que a Contratada não observou qualquer exigência contratual, os componentes objetos dessa contratação não serão recebidos.
- 19.8.1. Neste caso, a Contratada deverá corrigir as falhas apontadas pela Contratante e reagendar o serviço de entrega, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto à Contratante.
- 19.9. A entrega será concluída mediante devolução do canhoto(s) da(s) referida(s) Nota(s) Fiscal(is) com data e assinatura de servidor público da Contratante.
- 19.10. Os serviços de instalação deverão ser agendados com a equipe técnica da Contratante observando o cronograma descrito no item 20.

20. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 20.1. A tabela a seguir sintetiza as etapas de execução desta contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do contrato	-----
02	Entrega dos discos rígidos e das licenças do software DataCore Swarm	Em até 30 (trinta) dias a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato
03	Instalação dos discos	Em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de entrega dos discos
04	Início do período de Garantia e Suporte técnico	Após a data do termo de recebimento definitivos discos rígidos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 21.1. Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante.
- 21.2. Prestar informações e esclarecimentos à Contratada, necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.
- 21.3. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada no cumprimento objeto deste contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas.
- 21.4. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta contratação.
- 21.5. Manter a contratada atualizada sobre os padrões de instalação, operação, configuração, segurança tecnológica e segurança da informação adotada no âmbito do Contratante, a fim de que seu pessoal técnico esteja sempre habilitado à execução dos serviços contratados.
- 21.6. Recusar o recebimento de material ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada ou em desacordo com este anexo.
- 21.7. Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela Contratada.
- 21.8. Demais deveres e responsabilidades previstos no edital.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 22.1. Responder por quaisquer perdas e/ou danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, na execução do objeto licitado, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 22.2. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.



- 22.3. A Contratada deve arcar com todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (on-site) nas sedes do Contratante.
- 22.4. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.
- 22.5. Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas nos documentos Contratuais.
- 22.6. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
- 22.7. A Contratada fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei, neste termo de referência e na licitação.
- 22.8. A Contratada compromete-se a manter sob seus cuidados e discrição, impedindo a divulgação, publicação ou disseminação das informações da Contratante a que tiver acesso ou conhecimento para fins de execução de suas atividades relativas ao cumprimento deste Contrato.
- 22.9. A Contratada e todos os seus empregados envolvidos na execução dos serviços objeto deste Contrato deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações da Contratante.
- 22.10. A Contratada não poderá se eximir do cumprimento integral do Contrato mesmo havendo subcontratação.
- 22.11. As partes desde já ajustam que não existirá para a Contratante solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da Contratada, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.
- 22.12. Entregar e instalar os itens dentro do prazo constante neste Edital.
 - 22.12.1. Caso a entrega e/ou a instalação dos itens não seja feita dentro dos prazos, a Contratada ficará sujeita às sanções estabelecidas no edital.

23. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 23.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 23.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 23.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 23.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 23.5. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

24. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 24.1. O instrumento formal de solicitação se dará por intermédio de emissão da Ordem de Fornecimento de Bens (ANEXO II).



25. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATATANTE E CONTRATADA

- 25.1. Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

26. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

- 26.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido mediante termo detalhado, assinado pelas partes, da seguinte forma:
- 26.1.1. Provisoriamente – De forma sumária, mediante recibo apostado no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.
- 26.1.2. Definitivamente - Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;
- 26.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.
- 26.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.
- 26.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 26.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990;
- 26.5. Ao receber os itens, a Contratante verificará se o quantitativo e a descrição de cada item entregue está de acordo com o quantitativo especificado na solicitação de fornecimento de bens e com a descrição constante neste Termo de Referência. Não havendo divergências, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Provisório.
- 26.6. Após a instalação e configuração dos itens pela Contratada, a Contratante, com o apoio de técnico(s) da Contratada, efetuará testes, objetivando verificar a conformidade com as especificações deste Termo de Referência, bem como aferir o perfeito funcionamento dos itens.
- 26.7. Constatada divergência entre a especificação técnica constante neste Termo de Referência ou qualquer defeito de funcionamento, os respectivos itens serão recusados, ficando a Contratada obrigada a providenciar a correção dos itens recusados em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do dia seguinte à notificação da ocorrência por parte da Contratante.
- 26.8. Concluída a fase de testes dos itens e não tendo sido verificado anormalidades, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, respeitando-se o prazo limite para a sua emissão, iniciando-se a partir dessa data a contagem dos prazos para garantia dos objetos contratados;
- 26.9. No caso da recusa de qualquer item, por motivos de defeito, avarias no transporte ou erro de instalação ou configuração, que resultem na substituição do item pela Contratada, o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará suspenso até a data em que se efetivar a entrega do item.
- 26.10. A(s) referida(s) Nota(s) Fiscal(is) dos objetos dessa contratação, será(ão) considerada(s) apta(s) para atesto definitivo somente após a conferência de todos os itens e após a conclusão dos respectivos serviços de instalação, desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação da(s) mesma(s) para encaminhamento à rotina de pagamento.



- 26.11. O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

27. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 27.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos materiais, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos);
- 27.1.1. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;
- 27.2. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;
- 27.3. Para fins do disposto no item 27.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 27.4. O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues nos endereços constantes do item 19.1
- 27.5. A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 27.6. A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no item anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015.
- 27.7. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;
- 27.8. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 27.9. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 27.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 27.10. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 27.10.1. Para fins de identificação da situação prevista no subitem 27.10, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.
- 27.11. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

28. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL



- 28.1. O Contratante nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- 28.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
 - 28.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
 - 28.2.2. Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
 - 28.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados;
- 28.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 28.4. A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 28.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

29. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 29.1. Não haverá, uma vez que se trata apenas da expansão de componentes de hardware e software nos atuais equipamentos de armazenamento de modo a aumentar as capacidades dos sistemas em vigor. Portanto, a Contratante já possui conhecimento prévio dos sistemas envolvidos.
- 29.2. Caso haja interrupção das garantias envolvidas, deverá ser realizada novas contratações de modo a repor os serviços de suporte técnico derivados das garantias.

30. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 30.1. A execução do contrato não ensinará produtos para cujos quais possam ser reivindicados direitos de propriedade intelectual ou autoral.

31. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 31.1. Como se trata de instalação de componentes adicionais nos equipamentos servidores do fabricante DELL, os profissionais da Contratada que realizarão os serviços de instalação e suporte técnico da garantia deverão possuir a qualificação técnica necessária para prestar tais serviços, de modo a não colocar em risco o funcionamento destes equipamentos e menos ainda os dados neles presentes.
- 31.2. Como se trata de aplicação das licenças para expandir o software DataCore Swarm, os profissionais da Contratada que realizarão a aplicação das licenças e o suporte técnico da garantia deverão possuir a qualificação técnica necessária para prestar tais serviços, de modo a não colocar em risco o funcionamento deste software e menos ainda os dados nele presentes.
- 31.3. As qualificações técnicas para a realização dos serviços contratados são de responsabilidade das Contratadas.

32. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 32.1. Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:
 - 32.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 32.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 32.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
 - 32.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- 32.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 32.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 32.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 32.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 32.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 32.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 32.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 32.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 32.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - 32.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 32.2.2. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 32.1.2, 32.1.3, 32.1.4, 32.1.5, 32.1.6 e 32.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 32.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 32.1.8, 32.1.9, 32.1.10, 32.1.11 e 32.1.12 acima, bem como nos subitens 32.1.2, 32.1.3, 32.1.4, 32.1.5, 32.1.6 e 32.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 32.2.2.
 - 32.2.4. Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
 - 32.2.5. Multa:
 - 32.2.5.1. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.
 - 32.2.5.2. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
 - 32.2.5.3. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 32.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 32.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
 - 32.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
 - 32.4.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;
 - 32.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;
 - 32.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 32.4.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, conforme previsão em normativo interno do TRF - 2ª Região, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.



- 32.4.6. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.
- 32.4.7. Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria expedida pelo TRF2.
- 32.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 32.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 32.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 32.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 32.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 32.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.
- 32.11. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei;
- 32.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

33. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 33.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, a critério do TRF 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso.

34. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

- 34.1. A garantia dos discos (lote 1-item 1) é de 1(um) ano.
- 34.2. A garantia das licenças do software DataCore Swarm (lote 2) é de 2(dois) anos.

35. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 35.1. O prazo de vigência do Contrato inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



36. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

- 36.1. As despesas decorrentes da aquisição das licenças, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Lote/Item	Fontes Pagadoras	PTR	Classificação da Despesa
1/1	TRF2	AI	44.90.52.35 - Material de TIC Permanente (Capital)
1/2	TRF2	AI	33.90.40.22 - Instalação Equip de TIC (Corrente)
2/1	TRF2	AI	44.90.40.05 - Aquisição de Software Pronto- software de prateleira (Capital)

37. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 37.1. A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança adotados no ambiente da Contratante;
- 37.2. São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 37.3. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES;
- 37.3.1. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

38. APROVAÇÃO E ASSINATURA

- 38.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00086 de 27 de fevereiro de 2023.

PAPEL	NOME	MATR.	SETOR
Integrante Requisitante (titular):	Roberto de Siqueira Barreto Junior	11737	TRF2/SITI/COOITI
Integrante Requisitante (suplente):	Pergentino Joaquim Alves Neto	12049	TRF2/SITI
Integrante Técnico (titular):	Fabio Miranda de Oliveira	11254	TRF2/SITI/COOITI
Integrante Técnico (suplente):	Leandro de Paiva Lopes Silva	12449	TRF2/SITI/COOITI
Integrante Administrativo:	Leonardo Pastro Vieira	11795	TRF2-SAT/DIMAT
Suplente do Integrante Administrativo:	Miguel Angelo Ferreira da Costa	12152	TRF2-SAT/DIMAT





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO II – ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS

ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS

Nº PROCESSO:		Nº CONTRATO:		
1 – IDENTIFICAÇÃO				
Número da OFB:		Data de Emissão		
Requisitante/lotação:				
Nome do Objeto:				
Contratada:				
2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES				
Id	PRODUTO / SERVIÇO	MÉTRICA	QUANT.	PREÇO R\$
1				
2				
3				
TOTAL =				
3 – INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES				
4 – CRONOGRAMA				
Id	TAREFA	INÍCIO	FIM	
1				
2				
5 – DOCUMENTOS ENTREGUES				
() – _____		() – _____		
() – _____		() – _____		
6 – DATAS E PRAZOS				
Data Prevista para Início dos Produtos / Serviços	Data Prevista para Entrega dos Produtos / Serviços	Prazo Total do Contrato (com a Garantia)		
CIÊNCIA				
CONTRATANTE				
Área/Fiscal Requisitante da Solução		Gestor do Contrato		
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>		_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>		
CONTRATADA				
Preposto				
_____ <NOME DO REPRESENTANTE> Representante Legal				
<Local>, <Data>				



TRF2INC202301964

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2023

PROCESSO TRF2-EOF-2023/ 0035

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS					
Lote	Descrição	Unid.	Quant.	Custo Unitário	Custo Total
1	Fornecimento de discos rígidos	un	270	R\$ 11.218,75	R\$ 3.029.062,50
1.1	Serviço de instalação dos discos rígidos	un	270	R\$ 69,67	R\$ 18.810,90
TOTAL LOTE 01					R\$ 3.047.873,40
2	Licenças do software Datacore Swarm, incluindo suporte de 24 meses	un	2293 TB	R\$ 1.777,55	R\$ 4.075.922,15
VALOR TOTAL					R\$ 7.123.795,55

ANEXO III
DECLARAÇÃO ME/EPP
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 087-23

Proc. nº TRF2-EOF-2023/035

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa (.....) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

Data:

Assinatura:

ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 087-23

Proc. nº TRF2-EOF-2023/035

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO V
MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2023/_____
Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2023/00035
Pregão Eletrônico/ SRP N.º 087/2023

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 087/2023**, homologado em ____/____/2023, conforme despacho n.º TRF2-DES-2023/_____, no Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2023/00035, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) lote(s), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2023/_____

(ng)

MINUTA

Pág. 1



TRF2CAP202322276

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição e instalação de discos para expansão da solução de armazenamento *swarm* e subscrições de licenças de software *Caringo Swarm*, incluindo atualizações de *software* e serviços de suporte técnico pelo prazo de 02 (*dois*) anos, para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP n.º 087/2023, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o(s) lote(s), independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2023/00035.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01(*um*) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª RG, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF – 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A administração desta Ata caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF-2ª Região.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 – O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) material(is), o(s) quantitativo(s) e marca(s) encontram-se enunciados na presente Ata.

LOTE	SUBITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	1	Fornecimento de discos rígidos para equipamentos servidores <i>DELL PowerEdge R740xd</i> incluindo serviços de suporte técnico. (Código SIASG: 604131)		270		
	2	Serviço de Instalação de discos Rígidos (Código SIASG: 27111)	-	270		
2	1	Licenças do <i>software DataCore Swarm</i> , com suporte especializado incluindo atualizações e serviços de suporte técnico, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. (Código SIASG: 27464)	<i>DataCore / Swarm</i>	2293 TB		
VALOR TOTAL						

4.2 – Valor total registrado: R\$ _____;

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas,



emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

4.4 – Prazo de entrega: ____ (____) dias corridos, *[no máximo, 30 (trinta) dias corridos, conforme Proposta]*, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo TRF-2ª RG;

4.5 – Locais de entrega;

4.5.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

4.5.1.1 – Seção de Infraestrutura Básica (SEINFB);

4.5.1.2 - Local de entrega: Rua do Acre nº 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ;

4.5.1.3 - Telefone: (21) 2282-8264 e (21) 2282-8234;

4.5.1.3 - E-mails: tsseinfb@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br;

4.5.1.6 - Horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.

4.6 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais ao do licitante vencedor, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei 14.133/2021.

4.7 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registros de Preços, em observância ao disposto no art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.

4.8 – O preço registrado poderá ser revisto nos termos dos itens 6.10 a 6.10.3 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.9 – O Fornecedor deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, de acordo com o estabelecido no item 14.6 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, e nas seguintes situações:

5.1.1 – pelo TRF-2ª RG:

5.1.1.1 - quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços ou dos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.2 - quando o Fornecedor não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 - quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e a contratada não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.4 - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

5.1.1.5 – quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

5.1.1.6 - quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, hipótese em que será liberado sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;



5.1.1.7 - quando impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

5.2 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata.

5.4 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item.

5.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRF-2ª RG poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 - O TRF-2ª RG fará as aquisições mediante à emissão de Contrato específico.

6.2 – A contratação será sempre representada pelo Contrato, sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao Fornecedor com preço registrado na Ata de Registro de Preços, do mencionado instrumento contratual, via *e-mail* ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento pelo Fornecedor.

6.3 – O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: (artigo 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 31, do Decreto nº 11.462/2023):

7.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme item 7.4.

7.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o item 7.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (*cinquenta por cento*) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes. (artigo 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023).

7.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o item 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades



participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023).

7.3.1 - O limite referenciado no item 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462 /2023.

7.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 7.1.3;

7.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

7.5.1 - A concordância do fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes desta Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

7.6 - Ao órgão não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

7.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

7.9 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

7.10 - O órgão ou a entidade que integra esta Ata de Registro de Preços poderá aderir a item desta ata, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE:

8.1. Os valores constantes na Cláusula Quarta desta Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados após a periodicidade de 01 (um) ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “T”, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. O reajustamento dos preços registrados será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que as partes acordarem, de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = [(I - I_0) / I_0] \times V, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I₀ = Índice da data do orçamento estimado pela Administração.

V = Valor do Preço Registrado.



9 - CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA:

9.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que, de acordo com o item 13.5 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo:

9.1.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

9.1.2 - Mantiverem sua proposta original.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

10.2 – Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 087/2023, seus anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição.

10.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o Fornecedor deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Presidente

REPRESENTANTE LEGAL

FORNECEDOR

(cargo)



TRF2CAP202322276



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/_____

CONTRATO DE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DISCOS PARA EXPANSÃO DA SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO *SWARM* E SUBSCRIÇÕES DE LICENÇAS DE *SOFTWARE CARINGO SWARM*, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2023/00035

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00035, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 087/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2023, conforme despacho nº TRF2-DES-2023/_____, FIRMAM o presente Contrato visando à *aquisição e instalação de discos para expansão da solução de armazenamento swarm e subscrições de licenças de software Caringo Swarm, incluindo atualizações de software e serviços de suporte técnico*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2023/_____ – Empresa contratada (epr) *MINUTA*

Pág. 1



TRF2CAP202322277

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato de aquisição e instalação de discos para expansão da solução de armazenamento *swarm* e subscrições de licenças de software *Caringo Swarm*, incluindo atualizações de *software* e serviços de suporte técnico pelo prazo de 02 (*dois*) anos, para a Justiça Federal da 2ª Região, conforme o Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 087/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

2.1 – A Contratada deverá fornecer os discos para expansão da solução de armazenamento *swarm* e subscrições de licenças de software *Caringo Swarm*, incluindo atualizações de *software* e serviços de suporte técnico com os requisitos discriminados no ITEM 16 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO:

3.1.1 – A Contratada deverá executar os serviços de suporte técnico especializado e proceder à eventual substituição de equipamentos defeituosos na forma descrita no ITEM 17 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, que trata dos “Níveis de Serviços Exigidos (NSE).

3.1.2 - O local de entrega, instalação e prestação dos serviços de garantia dos discos rígidos e das licenças do *software DataCore Swarm* será:

3.1.2.1 - TRF2 – Seção de Infraestrutura Básica (SEINFB) - Rua Acre, 80 – 7º andar – sala 705 e/ou Sala Cofre (11º andar) - Centro - Rio de Janeiro – RJ; Telefones (21) 2282-8817/ (21) 2282-8978 (21) / 2282-8078.

3.1.3 - A Contratada deverá entrar em contato prévio, através dos *e-mails* tsseinfb@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br, para que estes definam e formalizem o local exato e o horário de entrega dos componentes objetos dessa contratação.

3.1.4. - As entregas devem ser comunicadas ao Contratante por *e-mail* com antecedência mínima de 72 (*setenta e duas*) horas.

3.1.4.1 - Nesta comunicação, deverá ser enviada a relação dos materiais a serem entregues, bem como cópia das notas fiscais de remessa que acompanharão as mercadorias durante o transporte;

3.1.5 - A Contratada será responsável pela entrega das mercadorias nas áreas indicadas pelo Contratante, devendo prover a equipe, as ferramentas e os equipamentos necessários para realizar o transporte. Volumes grandes deverão estar agrupados em *pallets* de madeira e envolvidos por filme plástico. Volumes pequenos deverão ser agrupados em caixas de papelão.

3.1.6 - Caso o Contratante identifique, no momento da entrega, que a Contratada não observou qualquer exigência contratual, os componentes objetos dessa contratação não serão recebidos.

3.1.6.1 - Neste caso, a Contratada deverá corrigir as falhas apontadas pelo Contratante e reagendar o serviço de entrega, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto ao Contratante.



3.1.7 - A entrega será concluída mediante devolução do canhoto(s) da(s) referida(s) Nota(s) Fiscal(is) com data e assinatura do Contratante.

3.1.8 - Os serviços de instalação deverão ser agendados com a equipe técnica do Contratante observando o cronograma descrito no item 3.2 desta Cláusula.

3.2 – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do contrato	-----
02	Entrega dos discos rígidos e das licenças do <i>software DataCore Swarm</i> ;	Em até 30 (<i>trinta</i>) dias a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato;
03	Instalação dos discos;	Em até 05 (<i>cinco</i>) dias úteis contados da data de entrega dos discos;
04	Início do período de Garantia e Suporte técnico;	Após a data do termo de recebimento definitivos discos rígidos.

3.3 – DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

3.3.1 - Como se trata de instalação de componentes adicionais nos equipamentos servidores do fabricante DELL, os profissionais da Contratada que realizarão os serviços de instalação e suporte técnico da garantia deverão possuir a qualificação técnica necessária para prestar tais serviços, de modo a não colocar em risco o funcionamento destes equipamentos e menos ainda os dados neles presentes.

3.3.2 - Como se trata de aplicação das licenças para expandir o *software DataCore Swarm*, os profissionais da Contratada que realizarão a aplicação das licenças e o suporte técnico da garantia deverão possuir a qualificação técnica necessária para prestar tais serviços, de modo a não colocar em risco o funcionamento deste software e menos ainda os dados nele presentes.

3.3.3 - As qualificações técnicas para a realização dos serviços contratados são de responsabilidade da Contratada.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 – As condições de recebimento do objeto estão detalhadamente discriminadas no ITEM 16 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES:

5.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no ITEM 22 do Anexo I (Termo de Referência) e no ITEM 18 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integrantes deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

5.1.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

5.1.2 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às



unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ n.º 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ n.º 229, de 22/06/2016;

5.1.2.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura do Contrato;

5.1.3 – A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei n.º 14.133/21;

5.1.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução n.º 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário;

5.1.4.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

5.2 – São obrigações do Contratante as constantes do ITEM 21 Anexo I (Termo de Referência) e do ITEM 19 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integrantes deste Contrato.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 – DO PREÇO:

6.1.1 – Planilha de Preços:

LOTE	SUBITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	1	Fornecimento de discos rígidos para equipamentos servidores DELL PowerEdge R740xd incluindo serviços de suporte técnico. (Código SIASG: 604131)				
	2	Serviço de Instalação de discos Rígidos (Código SIASG: 27111)	-			
2	1	Licenças do software DataCore Swarm, com suporte especializado incluindo atualizações e serviços de suporte técnico, pelo período de 02 (dois) anos. (Código SIASG: 27464)	DataCore / Swarm			



LOTE	SUBITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
VALOR TOTAL						

6.1.2 - O VALOR GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 – A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado deverão estar incluídas no preço proposto;

6.1.4 – Durante a vigência Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2023/____, os preços são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses consignadas no art. 25 do Decreto nº 11.462/2023.

6.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

6.2.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

6.2.1.3 - Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 - O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues na Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, localizada na Rua Acre, 80, sala 305 – Centro – Rio de Janeiro, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 17:00 horas;

6.2.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, através dos emails tsseinfb@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br;

6.2.2.2 - O local de entrega, instalação e prestação dos serviços de garantia dos discos rígidos e das licenças do software DataCore Swarm será:

a) Seção de Infraestrutura Básica (SEINFB) - Rua Acre, 80 – 7º andar – sala 705 e/ou Sala Cofre (11º andar) - Centro - Rio de Janeiro – RJ; Telefones (21) 2282-8817/ (21) 2282-8978 (21) / 2282-8078;

6.2.3 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

6.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita



Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas n.º 1540, de 05/01/2015, e n.º 1.552, de 02/03/2015;

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente;

6.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

6.2.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal n.º 691/1984, alterada pela Lei n.º 3.691/2003, na redação da Lei n.º 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

6.2.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme ITEM 10 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

7.1.1 – Nota de Empenho: _____.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei n.º 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei n.º 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.



10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 087/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V;
- b) Proposta datada de __/__/2023, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos produtos/materiais que serão objeto da aquisição (TRF2-CAP-2023/_____).

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

11.2 – Competem à fiscalização, além das atribuições definidas no Manual de Gestão e Fiscalização dos contratos administrativos, as elencadas a seguir:

11.2.1 – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.2.2 – Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

11.2.3 – Solicitar auxílio aos setores competentes do Contratante, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

11.2.4 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.5 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

11.2.6 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 - A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

11.5 - As irregularidades detectadas pela fiscalização serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

11.6 – Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei n.º 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

11.6.1 - A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;



11.6.2 - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E GARANTIA:

12.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1.1 – O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no ITEM 16 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

12.1.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no Contrato.

12.1.2.1 – Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

a) A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ele as penalidades estabelecidas no ITEM 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

b) O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Nona.

12.2 – DO PRAZO DE GARANTIA:

12.2.1 – O prazo de garantia dos DISCOS (lote 1-item 1), em cada fornecimento, é de ____ (_____) ____, [no mínimo 01 (um) ano, conforme Proposta], contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, de que trata a Cláusula Quarta deste Contrato.

12.2.2 - O prazo de garantia das Licenças do *Software DataCore Swarm* (lote 2) em cada fornecimento, é de ____ (_____) ____, [no mínimo 02 (dois) anos, conforme Proposta], contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, de que trata o ITEM 16 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

14.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

14.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

14.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, - 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.



14.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos documentos fiscais pendentes de pagamento, em decorrência de descumprimento contratual.

14.5 – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

14.5.1 A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança adotados no ambiente da Contratante;

14.5.2. São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;

14.5.3. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas neste Contrato e nos termos da legislação vigente, podendo inclusive ensejar a rescisão unilateral do Contrato;

14.5.4 - Na hipótese consignada no subitem anterior, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial;

14.5.5 - A comunicação entre o representante do Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

